

Sumário

DOCTRINA

Artigos

A constitucionalidade da manutenção da Contribuição para o FGTS – Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 (Exames das cogitadas alterações do contexto fático e da norma constitucional da alínea “a”, inciso III, §2º, do art. 149 – EC nº 33/2001)

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	9
1 Introdução	9
2 A manutenção da constitucionalidade da Contribuição para o FGTS do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, diante das cogitadas alterações do contexto fático e da norma constitucional da alínea “a”, inciso III, §2º, do art. 149 – EC nº 33/2001	12
3 Conclusão	28

Locação de bens móveis com ou sem prestação de serviços. Arrendamento mercantil – *Leasing* financeiro. A incidência do ISS e/ou ICMS e IPI. Para entender o que o STF decidiu, e o que ainda falta decidir

Vittorio Cassone	33
1 Introdução	33
2 Estudo de Casos, ou “Método do Caso”	34
3 Noções básicas da tributação do ISS e conflito de competência ISS-ICMS-IPI	35
4 O fato gerador do ISS na Lei Complementar nº 116 de 2003	36
5 O RE nº 116.121 – Locação de bem móvel	38
6 A Lista de Serviços é “taxativa”, embora admissível a sua interpretação compreensiva	42
7 Arrendamento mercantil. <i>Leasing</i> financeiro. Modalidades	43
8 No RE nº 626.706 o STF reitera a orientação da SV nº 31	49
9 Os debates na aprovação da SV nº 31	51

O conflito entre a coisa julgada tributária e as decisões do STF

Ricardo Lodi Ribeiro	55
1 Introdução	55
2 Estado de direito e sociedade de risco	56
3 A segurança e os riscos sociais	62
4 A dimensão plural da segurança dos contribuintes	65
5 A objetivação do controle difuso	69
6 A coisa julgada nas relações jurídicas continuativas em face das decisões do STF	74
7 Conclusões	79

Dupla tributação internacional – Considerações sobre a sujeição passiva na jurisprudência do STF e do STJ

Antônio de Moura Borges, Christiano Mendes Wolney Valente	81
1 Introdução	82
2 Definição de dupla tributação internacional – DTI	82
3 Identidade do sujeito passivo	83

4	Jurisprudência do STF e do STJ sobre a sujeição passiva.....	85
5	Conclusões.....	96
	Referências.....	97

Las operaciones relativas a la actividad aseguradora en el IVA

José Antonio Barciela Pérez		99
I	El principio de neutralidad y la interpretación estricta de las exenciones en el IVA	99
II	La exención de las operaciones de seguro en el IVA	104
III	Operaciones relativas a la actividad aseguradora exentas y no exentas.....	109
IV	La reforma de la exención de las operaciones de seguro en el IVA.....	117
V	Conclusiones.....	119
	Bibliografía.....	120

Planejamento tributário nos tempos atuais

Ricardo Mariz de Oliveira		123
--	--	-----

Parecer

Industrialização por encomenda. Mercadoria remetida para o estabelecimento que receberá o produto final elaborado, mas entregue ao estabelecimento que procederá a industrialização. Diferença das vendas à ordem

Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, Soraya David Monteiro Locatelli		137
---	--	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Recurso extraordinário – Repercussão geral – PIS/Cofins-Importação – Lei nº 10.865/04 – Vedação de *bis in idem* – Não ocorrência – Suporte direto da contribuição do importador (arts. 149, II, e 195, IV, da CF e art. 149, §2º, III, da CF, acrescido pela EC 33/01) – Alíquota específica ou *ad valorem* – Valor aduaneiro acrescido do valor do ICMS e das próprias contribuições – Inconstitucionalidade.

Recurso Extraordinário nº 559.937/RS.....		163
---	--	-----

Supremo Tribunal Federal

Recurso extraordinário – Repercussão geral – Imunidade recíproca – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Distinção, para fins de tratamento normativo, entre empresas públicas prestadoras de serviço público e empresas públicas exploradoras de atividade – Exercício simultâneo de atividades em regime de exclusividade e em concorrência com a iniciativa privada – Irrelevância – Existência de peculiaridades no serviço postal – Incidência da imunidade prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal. Recurso Extraordinário nº 601.392/PR.....

		189
--	--	-----

Supremo Tribunal Federal

Imunidade tributária – Entidade religiosa – Imóvel destinado à residência de ministro religioso – Incidência do art. 150, VI, b, da Constituição – Aplicabilidade das razões que deram ensejo à edição da Súmula 724 desta Corte. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 694.453/DF.....

		221
--	--	-----

Supremo Tribunal Federal

Imunidade – Hermenêutica – Contribuição ao PIS e Cofins – Não incidência – Teleologia da norma –
Empresa exportadora – Créditos de ICMS transferidos a terceiros. Recurso Extraordinário nº 606.107/RS225

Superior Tribunal de Justiça

Guerra fiscal – Tensão criada entre os sistemas tributários dos Estados federados do Brasil –
Confaz – Necessidade de solução pela via jurisdicional, com afastamento da via administrativa.
Recurso em Mandado de Segurança nº 38.041 - MG.....247

Ementário 269

Tendências Jurisprudenciais 279

ÍNDICE 287

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 291